



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

PROJETO DE LEI Nº 104/2013

ALTERA OS ARTIGOS 197, 208 e 219 DA LEI MUNICIPAL N.º 2.312, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI JOSÉ LAUERMANN, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte

LEI:

Art.1.º Fica alterado o artigo 197 da Lei Municipal n.º 2.312, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais, que passa a vigorar com a inclusão dos seguintes parágrafos:

Art. 197. A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

§ 1.º (...).

§ 2.º (...).

§ 3.º (...)

§ 4.º A critério da Administração Municipal, poderá o Município contratar médicos especialistas ou médico do trabalho e os designar para realização de perícias médicas para benefícios superiores à quinze dias.

§ 5.º Nos casos de aposentadoria e outros benefícios permanentes, bem como à critério da administração, haverá necessidade de junta médica, que poderá ser constituída por médicos contratados pelo Município.

Art.2.º Fica alterado o artigo 208 da Lei Municipal n.º 2.312, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 208. Para licença até quinze dias, a inspeção será feita por médico e, se por prazo superior, por junta médica a ser designada pelo Município.

Parágrafo único: O servidor que no interstício de noventa dias necessitar de período superior a trinta dias de licença para tratamento de saúde, deverá ser submetido à inspeção de saúde por junta médica designada pelo Município.

24



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

Art.3.º Fica alterado o artigo 219 da Lei Municipal n.º 2.312, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais, que passa a ter a seguinte redação:

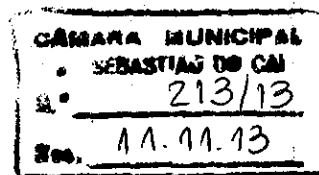
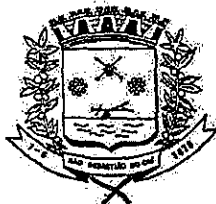
Art. 219. O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada à conta de recursos públicos.

Parágrafo único: O tratamento de que trata este artigo, recomendado por junta médica a ser designada pelo Município, constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexistirem meios e recursos adequados em instituição pública.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Cai,


DARCI JOSÉ LAUERMANN
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

Segue em anexo, Projeto de Lei que altera minimamente alguns artigos da Lei Municipal n.º 2.312, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais.

A presente alteração se faz necessária pois não há no quadro de servidores efetivos do Município médicos especialistas em todas as áreas para que a perícia seja efetuada de forma satisfatória.

Com a contratação de médico do trabalho e uma junta médica especialista certamente haverá uma atenção especial à saúde do trabalhador, inclusive diminuindo custos com afastamentos desnecessários e também fazendo com que os médicos clínicos gerais do Município possam atender somente a população local.

Pelo Exposto, solicito aos Nobres Edis que o referido Projeto de Lei seja aprovado nos termos ora propostos.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, aos 08 dias do mês e novembro de 2013.


DARCI JOSÉ LAUERMAN
Prefeito Municipal